

Homem que levou césio para casa tem braço amputado

Brasília — Luciano Andrade

Roberto Santos Alves, que retirou e levou para casa a cápsula de césio do Instituto Goiano de Radioterapia com a ajuda de Devair Alves Ferreira, teve o antebraço direito amputado ontem à tarde. A cirurgia, que durou uma hora e 30 minutos, foi realizada com sucesso, de acordo com o boletim médico extraordinário divulgado pelo Serviço de Relações Públicas do 1º Distrito Naval, às 15h15min.

A amputação é um recurso terapêutico a que recorrem os médicos, quando alguma parte do corpo de uma pessoa sofre gangrena. No caso de Roberto, a gangrena foi provocada pela ação radiativa do césio, que ulcera a região do corpo com que entra em contato. Essa ulceração compromete os vasos responsáveis pela irrigação sanguínea daquela região do corpo.

Os médicos do Marcílio Dias decidiram a amputação de Roberto depois de analisar os resultados do exame de cintilografia por hemácias marcadas. Esse exame determina o grau de comprometimento vascular. As hemácias são as células sanguíneas responsáveis pela oxigenação do organismo.

Segundo o boletim do estado dos pacientes é o seguinte:

Ivo Alves Ferreira — Continua preocupante o estado das lesões da coxa e mãos.

Leide das Neves Ferreira — Piorou o quadro hematológico. Não consegue se alimentar devido às lesões da língua. Estado geral gravíssimo.

Roberto Santos Alves — Teve o antebraço direito amputado por causa da evolução das lesões. Apresentou vários picos febris e vômitos. Estado geral gravíssimo.

Wagner Mota — Piorou do quadro hematológico. Continua com piora das lesões das mãos e pés, aumentando o risco de amputação. Estado geral gravíssimo quanto às mãos; continua expectante em relação ao quadro hematológico.

Devair Alves Ferreira — Apresentou picos febris. Está sem apetite e a queda de seus pêlos evoluiu. Seu estado geral também é gravíssimo.

Ernesto Fabiano — Queixa-se de dores nas lesões da perna.

Admilson Alves de Souza — Estado geral expectante.

Kardec Sebastião dos Santos — Quadro clínico sem alterações.

Luiza Odete dos Santos — O quadro hematológico apresentou ligeira piora. Queixa-se de dores nas lesões do pescoço.

Maria Gabriela Ferreira — Continua piorando o quadro hematológico. Apresentou febre alta e vômitos durante a noite de terça-feira e queixa-se de dores generalizadas pelo corpo inteiro. Estado geral gravíssimo.



□ A Praça dos Três Poderes, em Brasília, foi o local escolhido pelos índios caiapós para fazer danças e cantos de guerra como protesto contra o depósito do lixo atômico em Goiânia, na serra do Cachimbo, no sul do Pará, onde eles moram. Uma comissão com cinco dos 97 caiapós que par-

ticiparam do protesto entrou no Palácio do Planalto às 15h para tentar falar com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, mas não foi recebida. Às 15h45min chegou o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, acompanhado de cinco guarda-costas. No mesmo

momento, chegaram 70 policiais, o que irritou os índios. No final da tarde, o presidente da Funai informou aos índios a decisão do presidente José Sarney de passar para o Congresso Nacional a decisão sobre o depósito do lixo atômico.

Governo quer estados cuidando de seu lixo

BRASÍLIA — O ministro do Interior, João Alves, anunciou que o presidente José Sarney enviará ao Congresso, com pedido de votação em regime de urgência, projeto de lei determinando que cada estado deverá cuidar de seu lixo atômico. De acordo com o ministro, os rejeitos radiativos de Goiânia deverão ficar em Goiás mesmo. O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, disse que os estados que não tiverem local para depositar rejeitos radiativos "não poderão ter aparelhos de radioterapia". O projeto de lei, porém, preocupa o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP):

— Eu espero que este país não produza tanto lixo atômico, para justificar a construção de tantos depósitos como propõe o presidente da República — disse o senador. O líder do PMDB no Senado disse que o projeto denuncia que o governo espera outros acidentes como o de Goiânia.

O vice-líder Euclides Scalco (PR) também se mostrou preocupado. "Construir depósitos não resolve o problema. É preciso que o governo faça as autoridades responsáveis pelo programa atômico exercerem com seriedade suas funções. O fundamental é que essas autoridades tenham o controle rigoroso dos equipamentos radiativos distribuídos pelo país", disse Scalco.

A reação do deputado Jorge Hage (PMDB-BA) foi uma risada. "Eu me nego a acreditar em tamanho absurdo", disse ele, explicando que os estados brasileiros não são realidades geográficas sequer parecidas, necessitando, muitos deles, de distâncias seguras entre áreas vazias (propícias à construção de depósitos para lixo atômico) e aglomerados urbanos. "São Paulo, Rio de Janeiro e Sergipe têm diferenças geográficas incomparáveis com o estado do Amazonas", disse o parlamentar.

Outro que considerou estreita a visão do presidente da República ao patrocinar esse projeto foi o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE): "O que Sarney devia fazer era punir os responsáveis pela falta de atenção às coisas sérias do país, entre elas as autoridades que cuidam da energia atômica." O único que defendeu o presidente foi Edison Lobão (PMDB-MA), seu amigo: "Isso não é decisão do presidente da República, mas dos técnicos que entendem do assunto. Fora essa solução, o único lugar para onde se pode mandar o lixo atômico é para Marte", disse ele, ironicamente.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), embora achando que a questão é técnica e não política, discordou da solução proposta pelo presidente. "Em vez de construir depósitos para lixo atômico, o governo devia era fazer um levantamento adequado dos aparelhos radiativos existentes no país, para evitar no futuro acidentes como o de Goiânia."

Gueiros julga vitória decisão do presidente

BELÉM — O governador do Pará, Hélio Gueiros, considerou uma vitória a decisão do presidente José Sarney de enviar mensagem ao Congresso, em caráter de urgência, para que seja definido e regulamentado o destino dos rejeitos radiativos de Goiânia. O lixo atômico seria enviado para a serra do Cachimbo, no município de Itaituba (1.100 quilômetros ao sudeste de Belém), por sugestão do presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), Rex Nazaré Alves. Gueiros recebeu um telefonema do presidente da República às 14h informando sua decisão sobre o lixo atômico e aproveitou para reafirmar a recusa do Pará à criação de uma lixeira nuclear em seu território.

Sarney disse ao governador que fora informado de que havia condições satisfatórias na serra do Cachimbo para receber os rejeitos contaminados pelo césio 137 em Goiânia e que simplesmente aceitou essa sugestão. Entretanto, disse ter pensado melhor e chegou à conclusão de que o assunto exigia um estudo mais aprofundado. O presidente também manifestou ao governador do Pará a opinião de que cada estado deve ter um lugar apropriado para depositar seu próprio rejeito nuclear. Por isso, teria decidido encaminhar o problema ao Congresso.

Gueiros disse ao presidente que o ato de Rex Nazaré, de dizer na televisão que o lixo atômico iria para o Pará, tinha sido desastroso, e que Sarney teria concordado. Segundo Gueiros, em nenhum momento Sarney afirmou que existem instalações para receber lixo nuclear na serra do Cachimbo, mas o governador acha que, se já foram construídos esses depósitos, o governo federal deve prestar todas as informações ao público, que precisa ser preparado para a eventualidade de um acidente.

Policia federal diz que não houve furto

GOIÂNIA — O superintendente da Polícia Federal em Goiás, Francisco de Barros Lima, disse que informações de médicos e físicos do Hospital Naval Marcílio Dias, onde estão internadas 10 vítimas do acidente com uma bomba de césio 137, "provam que não houve furto, mas sim abandono do equipamento em local inadequado". As informações foram obtidas através de uma carta precatória enviada há dias ao Rio de Janeiro. Barros Lima ressaltou, porém, que as respostas de telex enviado ao presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e informações solicitadas às autoridades sanitárias de Goiás "é que vão definir as responsabilidades".

Ontem, a Polícia Federal tomou o depoimento do mestre-de-obras Paulo Marcílio Gonçalves, que disse ter visto a bomba de césio 137 em maio, quando esteve no prédio onde funcionou o Instituto Goiano de Radioterapia para retirar alguns portais. O oficial de Justiça Osvaldo Pinto Brasil, que disse nada ter visto quando esteve no prédio, em abril, confirmou sua versão. Também foi ouvido Amaurílio Monteiro, ex-proprietário do instituto, em cuja fazenda trabalha Paulo Marcílio.

Segundo Barros Lima, falta definir formalmente no inquérito se "há ou não responsabilidade dos órgãos estaduais e federais de fiscalização" e se a "demanda judicial entre o Ipasgo (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás) concorreu para o evento".

Empresa paulista cometeu irregularidade

Salt enterrou material radiativo e não foi punida

SÃO PAULO — A Salt S.A. de Alta Tecnologia — fabricante de centelhadores elétricos, uma espécie de pára-raios para redes de transmissão de informação — efetivamente enterrou material radiativo em uma chácara nas proximidades de Sumaré, a 110 quilômetros desta capital. A conclusão consta do inquérito civil instaurado pela Promotoria Pública do município para apurar denúncia feita pelo JORNAL DO BRASIL no dia 27 de junho. Apesar de comprovada a denúncia, o inquérito foi arquivado porque a análise do solo realizada pela Universidade de São Paulo indicou um nível de contaminação insuficiente para provocar danos ao meio ambiente.

Instalada na Chácara Assaí — um

bairro da periferia de Sumaré, no qual residem 67 famílias, a maioria de baixa renda — A Salt foi acusada por duas funcionárias e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas de desrespeitar a legislação que regula o uso de materiais radiativos. Algumas dessas denúncias não chegaram a ser apuradas nos inquéritos civil e criminal que correm na delegacia e no Foro de Sumaré — como, por exemplo, a de que a empresa começou a operar o trício — um gás radiativo encapsulado nos centelhadores — antes de receber a autorização oficial da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), como manda a lei. O promotor público Fábio Pietro lembra que esse tipo de irregularidade deve ser averiguado pela comissão, que chegou inclusive a suspender as atividades da empresa por 30 dias por ocasião das denúncias. Segundo Pietro, coube à Promotoria Pública responder basicamente a duas indagações: se foi efetiva-

mente enterrado material radiativo e se isso provocou algum dano ao meio ambiente. Ficou provado que a empresa enterrou irregularmente material radiativo, mas não houve dano ao meio ambiente, explicou o promotor. Por esse motivo, ele arquivou o processo e irá remetê-lo agora ao Conselho Superior do Ministério Público.

Com base na Lei 7.347, de 1975 — um dos mais poderosos e ao mesmo tempo ignorados instrumentos já criados no país para a defesa do patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico, por dar maior margem de ação ao Ministério Público —, os procuradores podem reabrir o inquérito.

Será designado um conselheiro-relator. Do caso da Salt ficou uma lição, segundo o promotor Fábio Pietro: "a constatação de que as empresas fazem o que querem e que a fiscalização é ineficiente".